

Índice geral

Introdução.....	7
-----------------	---

CAPÍTULO I

A Criminologia: noções primeiras e fundamentais

1. A importância da criminologia nos estudos jurídicos	11
2. Aproximação histórica à criminologia: antecedentes e conceito de crime.....	18
I. O conceito teológico de crime: a impossibilidade estrutural da interrogação científica.....	19
II. A ruptura iluminista e o nascimento da definição jurídico-formal de crime	21
III. O positivismo criminológico e a busca de um conceito natural de crime	25
IV. A viragem sociológica: o crime como facto social e construção colectiva.....	27
V. A inadequação das definições jurídicas: o contributo de SUTHERLAND	29
VI. O conceito de crime como problema permanente da criminologia	30

3. Caracterização da criminologia enquanto ciência interdisciplinar	32
I. A criminologia entre a autonomia e a dependência: o problema da identidade científica.....	33
II. O campo disciplinar da criminologia: direito, sociologia, psicologia e ciências do comportamento.....	34
III. A distinção entre ciências dogmáticas e ciências zetéticas: o lugar epistemológico da criminologia	37
IV. Da multidisciplinaridade à interdisciplinaridade integrada: os graus da colaboração científica	39
V. A tensão entre o ethos científico e a orientação prática: a criminologia entre a ciência e a política.....	41
VI. O programa interdisciplinar como exigência interna do objecto criminológico.....	43
 4. A criminologia no seio da «ciência conjunta do direito penal»: criminologia, direito penal e política criminal; criminologia e direito processual penal.....	 44
I. O modelo lisztiano e as suas transformações: a ciência conjunta revisitada.....	45
II. A relação entre criminologia e direito penal: convergência de objecto, divergência de natureza.....	47
III. A relação entre criminologia e política criminal: da instrumentalidade à intencionalidade crítica.....	49
IV. A criminologia e o direito processual penal: uma relação negligenciada.....	51
V. Síntese: a criminologia como ciência autónoma e crítica no seio das ciências criminais.....	54
 5. A tradição criminológica portuguesa e ibérica	55
5.1. Contributos da doutrina portuguesa — FIGUEIREDO DIAS e COSTA ANDRADE.....	56
5.2. A criminologia no espaço ibérico — GARCÍA-PABLOS DE MOLINA e a escola espanhola	60
5.3. A criminologia nos países lusófonos	62

CAPÍTULO II

Teorias Criminológicas: do Liberalismo à Sociologia Criminal

6. O Iluminismo penal e a condição de possibilidade da criminologia	69
I. A superação da concepção teológico-moral do crime: secularização e autonomia do ilícito	70
II. Liberalismo penal setecentista e condição de possibilidade da criminologia	72
III. A escola clássica como racionalização jurídico-filosófica: o crime como categoria da razão	74
IV. BECCARIA: os princípios operativos e a implicação epistemológica.....	75
V. BENTHAM: o utilitarismo e o duplo alcance epistemológico.....	78
VI. As perguntas clássicas e as respostas criminológicas: a diferença constitutiva	80
VII. A autonomia da criminologia e o modelo da ciência conjunta	81
VIII. Continuidade e ruptura: a escola clássica como herança insubstituível	82
IX. O legado e a transição para o positivismo	84
7. A escola positiva italiana e a fundação da «criminologia científica»	85
I. O contexto epistemológico: o prestígio das ciências naturais e a tentação da naturalização	85
II. Do facto à ideia: a inversão metodológica da escola positiva	86
III. A naturalização do crime: o gesto fundador e os seus riscos teóricos.....	88
7.1. As correntes de pensamento: LOMBROSO, FERRI e GAROFALO	89
I. A tríade fundadora e a divisão de trabalho científico	89
II. LOMBROSO: o método de observação e o delinquente nato.....	89
III. FERRI: a sociologia criminal e os factores do crime	91
IV. GAROFALO: o delito natural e as induções jurídico-criminológicas	92

7.2.	O determinismo como pressuposto de fundo e as consequências político-criminais.....	93
I.	O determinismo como pressuposto filosófico e as suas implicações	93
7.3.	A herança crítica: excessos, refutação e reacção liberal	95
I.	Uma leitura crítica da «criminologia científica».....	95
II.	Os excessos do determinismo lombrosiano e a reacção liberal.....	96
III.	Continuidade, superação e tensão permanente	97
8.	A sociologia criminal europeia.....	98
8.1.	A escola franco-belga do milieu social: LACASSAGNE, TARDE e DURKHEIM	99
I.	LACASSAGNE e a primazia do meio social sobre o organismo	99
II.	Gabriel TARDE: o crime como facto de imitação	100
III.	DURKHEIM: o crime como facto social normal e a teoria da anomia.....	101
8.2.	A criminologia socialista: MARX, ENGELS e BONGER	106
I.	MARX e ENGELS: o crime como produto das condições de exploração.....	106
II.	BONGER: a criminologia marxista como ciência empírica	107
III.	O legado da sociologia criminal europeia.....	108
9.	A sociologia criminal norte-americana e o comportamento desviante.	109
9.1.	A escola ecológica de Chicago e o problema do ghetto	110
I.	A ecologia urbana e a concentração espacial do crime	110
II.	Desorganização social e controlo informal da comunidade.....	112
9.2.	A criminologia do «conflito de culturas»: SELLIN	113
I.	Normas de conduta e conflito normativo	113
9.3.	A «subcultura delinquente».....	115
I.	A subcultura como sistema normativo alternativo.....	115
II.	WALTER MILLER: a cultura das classes inferiores.....	116
III.	Alcance e limites das teorias subculturais.....	117

9.4.	A «teoria da associação diferencial»: SUTHERLAND	119
I.	O crime como comportamento aprendido.....	119
II.	O alcance crítico da teoria e as suas limitações	120
9.5.	A «teoria da anomia»: MERTON.....	121
I.	Estrutura social, metas culturais e meios institucionais.....	121
II.	O alcance estrutural da teoria e a sua relação com a tradição europeia	122
III.	A teoria da vinculação social como complemento da anomia.....	124
10.	A «nova criminologia» e o processo de estigmatização	126
10.1.	O «labeling approach»: da acção criminosa à reacção social.....	127
I.	Origens interaccionistas e o deslocamento paradigmático.....	127
II.	Os precursores: TANNENBAUM, LEMERT e os contemporâneos de BECKER.....	129
III.	Outsiders e a tese do interaccionismo.....	131
IV.	O vocabulário teórico: estereótipo, interpretação retrospectiva, negociação, delinquência secundária, instituições totais, role-engulfment.....	131
V.	O mecanismo da estigmatização e a profecia-que-a-si- mesma-se-cumpre.....	133
VI.	O legado científico do labeling	134
VII.	O legado político-criminal: os quatro pilares	135
10.2.	A etnometodologia: o crime como construção social quotidiana.....	137
I.	GARFINKEL e a herança fenomenológica.....	137
II.	O retorno às coisas mesmas e a intersubjectividade quotidiana	137
III.	A aplicação à criminologia: a construção social do crime	138
IV.	Os estudos empíricos: DOUGLAS, CICOUREL, SUDNOW, BITTNER	138
V.	Balanço e limites.....	139

10.3.	A criminologia radical: do interaccionismo ao marxismo.....	140
I.	Emergência histórica e ramificações nacionais.....	140
II.	A ruptura com o labeling e com a etnometodologia	142
III.	Uma criminologia da criminologia: o relevo conferido à reflexão sobre ela própria	142
IV.	A redefinição radical do objecto: do crime-violação-de-lei ao crime-violação-dos-direitos-humanos.....	143
V.	Implicações político-criminais	145
VI.	Balanço: o legado e o problema em aberto.....	146
VII.	O legado comum da nova criminologia e a passagem ao problema do objecto	146

CAPÍTULO III

A Criminologia Contemporânea

11.	A teoria do controlo social — HIRSCHI	150
I.	O pressuposto hobbesiano e a inversão da pergunta.....	150
II.	Os quatro elementos do vínculo social.....	152
III.	A auto-regulação e o desenvolvimento ulterior em GOTTFREDSON e HIRSCHI.....	155
IV.	Balanço, críticas e presença contemporânea	156
12.	A criminologia situacional e das actividades de rotina	162
12.1.	COHEN e FELSON: a teoria das actividades de rotina	163
I.	O paradoxo da prosperidade e o artigo fundador de 1979.....	163
II.	Os três elementos do crime-como-evento.....	164
III.	A escolha racional e a economia do crime	167
12.2.	A prevenção situacional e o desenho ambiental.....	168
IV.	De NEWMAN a CLARKE: vinte e cinco técnicas de prevenção.....	168
V.	O desenho do espaço como prevenção: do <i>defensible space</i> ao programa CPTED	169
VI.	Críticas e balanço	171

13. A criminologia desenvolvimental.....	175
13.1. FARRINGTON e os estudos longitudinais.....	175
I. O Cambridge Study in Delinquent Development	175
13.2. A tipologia de MOFFITT: trajectória limitada à adolescência versus trajectória persistente	177
II. A dupla taxonomia	177
III. Implicações políticas e críticas à dupla taxonomia.....	178
13.3. LOEBER: vias de desenvolvimento e factores de risco e de protecção.....	180
IV. As três vias de desenvolvimento	180
V. Factores de risco e factores de protecção.....	181
14. As perspectivas feministas na criminologia	186
14.1. As obras fundadoras e as cinco questões de DALY e CHESNEY-LIND	192
I. As obras fundadoras: ADLER, SIMON, SMART.....	192
II. As cinco questões do feminismo em criminologia: DALY e CHESNEY-LIND.....	193
14.2. A mulher como vítima e como infractora: patriarcalismo e interseccionalidade.....	195
III. Masculinidade, crime e patriarcalismo: a contribuição de James MESSERSCHMIDT	195
IV. Interseccionalidade: CRENSHAW e a perspectiva dos pathways.....	196
V. Balanço e legado.....	198
15. A criminologia cultural	205
15.1. Os precursores britânicos: YOUNG, COHEN e HALL.....	206
I. JOCK YOUNG (1971) e o primeiro uso sociológico do termo	206
II. STANLEY COHEN (1972) e o estudo canónico dos Mods e ROCKERS.....	207
III. Hall et al. (1978) e a politização dos pânico morais	208

CRIMINOLOGIA

15.2.	KATZ e a fenomenologia do crime	210
IV.	A crítica fenomenológica da criminologia sociológica: <i>Seductions of Crime</i>	210
V.	As cinco figuras da sedução	211
15.3.	Crime, media e representação simbólica	212
VI.	A formulação canónica da <i>cultural criminology</i> : FERRELL, HAYWARD e YOUNG	212
VII.	A voluntariedade do risco: o programa do <i>edgework</i> de STEPHEN LYNG.....	214
VIII.	Críticas e limites	215
 16. O diálogo da criminologia com as neurociências e a genética comportamental.....		218
16.1.	O determinismo biológico revisitado — entre a ciência e o estigma	218
I.	A neuroanatomia da violência: a investigação de ADRIAN RAINE	218
II.	Genética comportamental: CASPI e a interacção gene-ambiente	223
16.2.	Epigenética, trauma e trajectórias criminais.....	224
III.	A epigenética e a transmissão intergeracional	224
16.3.	Implicações criminológicas e jurídicas	225
IV.	Responsabilidade, predição e risco de neo-lombrosianismo	225
V.	O diálogo como tarefa em curso.....	232

CAPÍTULO IV

Objecto, método e causalidade criminal

17.	O crime como objecto da criminologia	233
17.1.	A definição sociológica do crime	236
17.2.	A definição jurídico-legal do crime.....	242
17.3.	A definição criminológica do crime.....	251
17.4.	O objecto alargado: delinquente, vítima e controlo social.....	256

18. O método e técnicas de investigação	259
18.1. A natureza empírica e interdisciplinar da criminologia.....	259
18.1.1. Técnicas de investigação sociológica e antropológica	261
18.1.1.1. Social surveys, self-reported studies e inquéritos de vitimização.....	262
18.1.1.2. Estudos biográficos de casos individuais	265
18.1.1.3. Observação participante.....	267
18.1.1.4. Técnica dos grupos de controlo	269
18.1.1.5. Estudos de follow-up e estudos longitudinais	271
18.1.2. Técnicas de psicologia experimental: testes	273
18.1.3. Tipologias	275
18.1.4. Estatísticas criminais.....	277
18.1.5. Tábuas de prognose	281
19. As causas do crime	286
19.1. Causas sociais e económicas	287
19.2. Causas biopsicológicas	290
19.3. Causas sistémicas	294
19.4. Modelos integrados de causalidade criminal.....	299

CAPÍTULO V

A vítima no problema criminal: vitimologia e estatuto

20. A vitimologia no interior da criminologia: emergência, especialização e programa	305
20.1. Antecedentes da vitimologia: GROSS, ELLENBERGER e SCHAFER	306
20.2. Os marcos fundadores: HENTIG (1948) e MENDELSON (1956)	307
20.3. O esquecimento histórico da vítima e a sua redescoberta no segundo pós-guerra.....	309
20.4. Autonomia relativa: vitimologia geral, vitimologia penal e vitimologia processual.....	311
20.5. A institucionalização internacional: simpósios, World Society of V.ctimology e Declaração ONU 1985.....	313

21. Tipologias da vítima e factores vitimogénicos.....	315
21.1. A tipologia hentigniana	315
21.2. A tipologia mendelsohniana e a noção de culpabilidade vitimal	316
21.3. Tipologias da geração seguinte: ELLENBERGER, SCHAFER e FATTAH	317
21.4. Victim precipitation (WOLFGANG, 1958) e a sua crítica	320
21.5. <i>Victim blaming</i> , refluxo crítico e a culpa concorrente da vítima	321
21.6. A medida da pena e o problema do sentencing: dimensões dogmáticas, comparadas e empíricas.....	325
21.6.1. O problema dogmático: culpa, prevenção e proporcionalidade.....	325
21.6.2. Bipartição processual, molduras penais abstractas e factores de individualização	328
21.6.3. Pontos de partida, penas habituais e sentencing guidelines	331
21.6.4. Síntese: o sentencing como problema criminológico contemporâneo	335
22. Vitimação primária, secundária e terciária.....	336
22.1. Vitimação primária: dimensões do dano e síndromes clínicas.....	337
22.2. Vitimação secundária (revitimação institucional)	340
22.3. Vitimação terciária e a internalização do papel de vítima	341
22.4. Factores vitimogénicos: lifestyle, routine activities e vitimação repetida	342
23. Inquéritos de vitimação e cifra negra.....	345
23.1. A metodologia: emergência norte-americana e fundamentos.....	345
23.2. Os inquéritos europeus comparados: ICVS, EU-ICS, BCS / CSEW e os inquéritos continentais	348

23.3.	Em Portugal: estado dos inquéritos de vitimação e o RASI como fonte oficial	350
23.4.	O <i>crime drop</i> e a desvitimação contemporânea.....	351
24.	A vítima no processo penal português.....	353
24.1.	O artigo 67.º-A CPP e a transposição da Directiva 2012/29/UE	353
24.2.	Estatuto da Vítima e Estatuto da Vítima Especialmente Vulnerável	356
24.3.	Articulação com a figura processual do assistente.....	357
24.4.	Direitos de informação, audição, protecção e reparação	362
25.	Justiça restaurativa e mediação penal	366
25.1.	Fundamentos teóricos: CHRISTIE, BRAITHWAITE, ZEHR.....	366
25.2.	A mediação penal portuguesa: Lei n.º 21/2007	369
25.3.	Limites dogmáticos e críticas.....	370
26.	Violência doméstica e a EARHVD	373
26.1.	O regime da Lei n.º 112/2009.....	373
26.2.	A Equipa de Análise Retrospectiva de Homicídio em Violência Doméstica	376
26.3.	A vítima especialmente vulnerável e a inadmissibilidade de mediação penal.....	377
26.4.	Planos Nacionais, Estratégia Portugal+Igual e jurisprudência fixada	378
26.5.	A Convenção de Lanzarote e o regime português de protecção de menores.....	381
27.	Vitimologia crítica e perspectivas contemporâneas	384
27.1.	A crítica à dogmática vitimológica clássica	384
27.2.	Perspectivas feministas na vitimologia	387
27.3.	Vitimização, desigualdade social e a vítima ideal	391
27.4.	Horizontes contemporâneos: vitimologia transicional e cybervictimization	394

CAPÍTULO VI

Construção social do crime, desigualdades estruturais e formas especiais de criminalidade

28. A construção social do crime e do controlo do crime	400
28.1. Construções legais do crime	400
28.2. Crime e dados estatísticos	404
28.3. A representação do crime nos mass media	407
29. As dimensões estruturais do crime	417
29.1. Economia política, crime e justiça criminal	418
29.2. Género e crime	422
29.3. Etnias, racismo, crime e justiça criminal	425
30. Formas especiais de criminalidade	435
30.1. Criminalidade patrimonial, económica e organizada	436
30.2. Terrorismo e violência de Estado	441
30.3. Cibercriminalidade	447
30.4. Criminalidade ambiental	451

CAPÍTULO VII

Criminologia, política criminal e prevenção

31. Política criminal: fundamentos e patologias	461
31.1. Função própria da política criminal: articulação entre criminologia, dogmática penal e decisão normativa	462
31.2. Política criminal como criminologia aplicada à decisão pública	465
31.3. Princípios estruturantes: fragmentariedade, subsidiariedade, intervenção mínima, <i>ultima ratio</i> , proporcionalidade	469
31.4. Modelo português das leis bienais: enquadramento positivo	475

31.5. Patologia da categoria operativa de «crime prioritário»	479
31.6. Critério de coerência político-criminal: prioridade ou descriminalização?	484
31.7. Política criminal científica versus administração da escassez repressiva	490
32. Alternativas à intervenção penal	495
32.1. Descriminalização e contra-ordenacionalização	496
32.2. Prevenção situacional e social	502
32.3. Justiça restaurativa e mediação penal	505
32.4. Vitimologia aplicada	510
32.5. Limites materiais como freio à expansão e à criminalização simbólica	512
33. O direito penal do inimigo (<i>Feindstrafrecht</i>) como teste-limite	517
33.1. Construção do conceito	518
33.2. Recepção e crítica em Portugal	524
33.3. Do modelo bienal de política criminal ao <i>Feindstrafrecht</i> : o espectro contemporâneo das respostas institucionais	528
Índice Remissivo	533
Índice geral	537

